



EXCELSIOR ALIMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

EXCELSIOR ALIMENTOS S.A.

**Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conselho de Administração e Acionistas da
EXCELSIOR ALIMENTOS S.A.
Santa Cruz do Sul - RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Excelsior Alimentos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Excelsior Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

As demonstrações financeiras da Excelsior Alimentos S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 22 de março de 2012 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras, contendo uma ênfase sobre a transferência de controle da BRF - Brasil Foods S.A. para a Marfrig Alimentos S.A., de acordo com o requerido no Termo de Compromisso e Desempenho ("TCD") firmado em 13/07/2011, com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, onde a BRF - Brasil Foods S.A. deveria promover a alienação integral da participação detida direta ou indiretamente, no capital social da Excelsior Alimentos S.A.. Conforme descrito na nota 1, essa transação foi concretizou em 02 de julho de 2012.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2013.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 RS 005519-F

Esmir Oliveira
Contador CRC 1 SP 109628/O-0-S-RS

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6-S-RS

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia é líder nacional da produção e comercialização de patês em bisnagas e tem como principal atividade de atuação a industrialização e comercialização de embutidos de carnes, sendo seus principais produtos: presuntos, fiambres, mortadelas, linguiças, salsichas e patês. A cadeia de distribuição da Companhia permite que seus produtos sejam comercializados junto a redes varejistas, distribuidores e revendedores e pequenos estabelecimentos comerciais, principalmente na Região Sul, tendo o Rio Grande do Sul como seu principal mercado.

Em 02 de julho de 2012 foi transferido o controle acionário da antiga controladora “BRF/Sadia S.A.,” para a atual controladora da companhia “Marfrig Alimentos S.A.”. Conforme referido no Termo de Compromisso de Desempenho (TCD), o que inclui marcas e direitos de propriedade intelectual a estes relacionados; todos os bens e direitos (inclusive imóveis, instalações e equipamentos) relacionados a determinadas unidades produtivas; todos os bens e direitos; todos os contratos que garantam à Marfrig a manutenção dos mesmos níveis de fornecimento praticados com a BRF e/ou a Sadia S.A.; a totalidade da participação acionária detida pela Sadia, direta e indiretamente, equivalente a 64,57 por cento do capital social da Excelsior Alimentos.

A Companhia tem suas ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo sob os códigos BAUH4 e BAUH3.

2 Base de preparação

2.1. Base de preparação

a) Declaração da administração e base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras incluem:

As informações trimestrais da companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), estando em convergência com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As informações trimestrais da Companhia estão expressas em milhares de reais (“R\$”), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também estão apresentadas em milhares.

A preparação das informações trimestrais da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos ou passivos em períodos futuros.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas trimestralmente.

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico e valor justo quando aplicado.

A emissão das informações trimestrais foi autorizada pela diretoria em 20/03/2013.

3 Práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em conta movimento e aplicações financeiras (Nota 6), de liquidez imediata resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, registradas ao valor de custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

b) Contas a receber de clientes

Corresponde aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades, demonstrados a valores de realização. A provisão com perdas de créditos de clientes foi calculada com base em análise de risco dos créditos, que considera o histórico de perdas, sendo suficiente para cobrir perdas estimadas na realização dos valores a receber (Nota 7).

c) Estoques

Os estoques são avaliados e estão demonstrados ao custo médio de produção ou aquisição. As provisões de estoques para: (i) realização, (ii) baixa rotatividade, e (iii) estoques obsoletos são constituídas quando aplicável.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

d) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

Edifícios	29 anos
Máquinas e equipamentos	17 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	7 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil.

e) Avaliação a valor recuperável de ativos

i) Ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Em 31 de dezembro de 2012 não foi identificado nenhum indicativo de perda no valor recuperável de ativos financeiros.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a mensuração do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

f) Demais ativos circulantes e não circulantes

Apresentados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, as variações monetárias e cambiais incorridas.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros, variações monetárias e cambiais incorridos, até a data do balanço, bem como do ajuste a valor presente.

i) Demonstração dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03.

j) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

k) Reconhecimento de receitas

A receita de venda de mercadoria é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador e é provável que benefícios econômicos serão gerados a favor da Companhia. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

l) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de juros de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

m) Impostos

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido sobre a base negativa e prejuízos fiscais, e com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores para fins de tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

ii) Imposto sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas média básicas:

	Alíquotas
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	15,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%

Na demonstração de resultados as receitas são apresentadas líquidas destes impostos.

n) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- i) revisão da vida útil econômica do ativo imobilizado e de sua recuperação nas operações;
- ii) análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- iii) mensuração do valor justo de instrumentos financeiros;

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

iv) compromissos com benefícios pós emprego de colaboradores, e imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social; assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências advindas de processos administrativos e judiciais e demais ativos e passivos na data do balanço.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas trimestralmente.

o) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação a qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são avaliados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais revogadas, canceladas ou expiradas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são reconhecidos pelo custo amortizado por meio do método da taxa de juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

p) Resultados abrangentes

A demonstração dos resultados abrangentes não esta sendo apresentada, pois não ocorreram movimentações de outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para fins de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas relacionadas ao ativo ou passivo.

(i) Contas a receber de clientes e outros recebíveis

O valor justo de contas a receber e outros recebíveis é estimado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

5 Segmentos operacionais

A Companhia possui 02 (dois) segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades estratégicas de negócio. As unidades estratégicas de negócio oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de marketing. Para cada uma dessas unidades, a Administração analisa os relatórios internos ao menos uma vez por trimestre. A Companhia possui os seguintes segmentos reportáveis: Processados Resfriados e Congelados.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas abaixo. O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos analisados pela Administração. O lucro do segmento é utilizado para avaliar o desempenho, uma vez que a administração acredita que tal informação é

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

mais relevante na avaliação dos resultados de certos segmentos relativos a outras entidades que operam nestas indústrias. A precificação de transações entre os segmentos é determinada com base em valores de mercado.

Conciliação de receitas, lucros e prejuízos, ativos, passivos e outros itens materiais de segmentos divulgáveis.

	Processados Resfriados		Processados Congelados		Total	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Receitas	80.962	59.809	14.851	8.937	95.813	68.746
Receita financeira	460	475	84	71	544	546
Despesa financeira	(1.986)	(2.045)	(364)	(306)	(2.350)	(2.351)
Resultado por segmento antes do imposto de renda e contribuição social	5.180	2.811	950	420	6.130	3.231
Despesas com vendas	(15.847)	(13.225)	(2.907)	(1.976)	(18.754)	(15.201)
Despesa Gerais e administrativa	(716)	(649)	(131)	(97)	(847)	(746)
Outros itens:	(50)	(43)	-	-	(50)	(43)
Outras despesas líquidas	(398)	(470)	(73)	(70)	(471)	(540)
Ativos dos segmentos divulgáveis	33.483	34.209	6.142	3.874	39.625	38.083

Informação geográfica

	Receitas		Representatividade (não auditado)	
	2012	2011	2012	2011
Rio Grande do Sul	73.776	54.997	77%	80%
Santa Catarina	14.372	9.624	15%	14%
Paraná	7.665	4.125	8%	6%
Total	95.813	68.746		

Principais Clientes

As vendas da Companhia são direcionadas para os canais de grandes redes, auto serviço e revendedores. Não há grande concentração de clientes.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Bancos conta movimento	918	3.742
Aplicações financeiras	38	1.252
	956	4.994

As aplicações financeiras referem-se substancialmente à fundos de investimentos de curto prazo remunerados pela variação do CDI. A Companhia não possui restrições de uso dos valores de caixa e equivalentes de caixa.

7 Contas a receber de clientes

	2012	2011
Clientes Nacionais	14.951	11.307
(-) PECLD	(165)	(42)
	14.786	11.265

As movimentações na provisão para devedores duvidosos são apresentadas a seguir:

	2012	2011
Saldo no início do exercício	(42)	(245)
Valores Baixados da Provisão	266	321
Provisionado no Exercício	(389)	(118)
Saldo no final do exercício	(165)	(42)

8 Estoques

	2012	2011
Produtos Acabados	536	1.073
Mercadorias	2.007	990
Matérias-primas	702	379
Embalagens	1.025	858
Produtos em Elaboração	243	155
Almoxarifado	363	320
	4.876	3.775

A Companhia avaliou a capacidade de vendas de seus estoques e determinou que em 31 de dezembro de 2012 não há estoques que devam ser considerados obsoletos.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 Impostos a recuperar

	2012	2011
Circulante		
PIS / COFINS	-	39
ICMS	222	249
Imposto de Renda e Contribuição Social	76	81
IPI	8	7
	306	376
Não circulante		
ICMS	211	125
PIS / COFINS	242	220
	453	345
Total	760	721

a. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, gerados nas unidades produtoras e comerciais da Companhia.

b. PIS e COFINS

O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não cumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação.

c. Imposto de renda e contribuição social

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

10 Outros créditos

	2012	2011
Circulante		
Adiantamentos a Funcionários	37	117
Sinistro a Receber (a)	1.065	-
Despesas Antecipadas	37	27
Outros	13	34
	1.152	178
Não circulante		
Eletrobrás (b)	895	895
	895	895

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2012 valor a receber no montante de R\$ 1.065 referente sinistro ocorrido no mês de fevereiro de 2012, no armazém de terceiro localizado em Esteio-RS e furtos de mercadorias em veículos em trânsito, com previsão de recebimentos no início do próximo exercício social.
- (b) A Companhia é polo ativo em ação judicial contra ELETROBRÁS, visando obter o reconhecimento judicial do direito de receber a devolução do empréstimo compulsório da ELETROBRÁS com correção monetária integral, incluídos os expurgos inflacionários, desde a data da efetivação do empréstimo, até a efetiva restituição, bem como, receber juros sobre os valores acrescidos da correção indevidamente expurgada. O valor da causa totaliza R\$ 1.864 mil. A possibilidade de perda avaliada como remota, com base na estimativa feita pelos assessores jurídicos da Companhia.

11 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

	Taxa média anual	2012			2011
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	1	-	1	1
Construções	3,42%	5.835	(2.848)	2.987	2.865
Máquinas e Equipamentos	5,89%	10.194	(4.956)	5.238	4.771
Moveis e Utensílios	10,00%	130	(82)	48	40
Equipamentos Eletrônicos	20,00%	352	(246)	106	90
Veículos	14,29%	877	(362)	515	435
Imobilização em Andamento		393	-	393	79
		17.782	(8.494)	9.288	8.281

b. Movimentação sumária do imobilizado

Custo Corrigido	Saldos em 31/12/11	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/12
Terrenos	1	-	-	-	1
Construções	5.650	29	(20)	176	5.835
Máquinas e equipamentos	9.456	888	(192)	42	10.194
Móveis e utensílios	118	15	(3)	-	130
Equipamentos eletrônicos	320	56	(24)	-	352
Veículos	723	224	(52)	(18)	877
Imobilizado em andamento	79	514	-	(200)	393
	16.347	1.726	(291)	-	17.782
Depreciação acumulada	Saldos em 31/12/11	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/12
Construções	(2.785)	(79)	18	(2)	(2.848)
Máquinas e equipamentos	(4.685)	(253)	-	(18)	(4.956)
Móveis e utensílios	(78)	(7)	3	-	(82)
Equipamentos eletrônicos	(230)	(40)	22	2	(246)
Veículos	(288)	(122)	30	18	(362)
	(8.066)	(501)	73	-	(8.494)
Imobilizado líquido	8.281	1.225	(218)	-	9.288

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisão para redução no valor recuperável

Em 2012 a Companhia avaliou a mercado os bens do ativo imobilizado e não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável.

12 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora direta da Companhia é Baumhardt Comércio e Participação Ltda, que por sua vez é controlada pela Marfrig Alimentos S.A. ("MARFRIG").

Os principais saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora a preços e condições normais de mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Companhia comprou R\$ 36.157 de matérias-primas/mercadorias de sua controladora final.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possuía saldo a pagar de R\$ 3.704 com a controladora MARFRIG no passivo circulante, refere-se principalmente a compras de matéria-primas e mercadorias.

As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos semelhantes às transações com terceiros não relacionados.

Conforme divulgado em fato relevante na CVM, o controle acionário da Companhia, foi transferido para a MARFRIG ALIMENTOS S.A. em 02 de julho de 2012, no contexto da alienação de ativos imposta pelo CADE para a BRF, por meio do TCD - Termo de Compromisso de Desempenho. A partir daquela data tanto a BRF quanto a SADIA deixaram não são mais consideradas partes relacionadas.

b. Remuneração aos administradores

O montante referente à remuneração do pessoal chave da administração totalizou R\$ 471 no exercício de 2012 (R\$ 540 no exercício de 2011). A Companhia não possui outros benefícios concedidos ao pessoal chave da administração além do pagamento de honorários.

13 Empréstimos e financiamentos

Circulante	Encargos	2012	2011
Moeda Nacional			
Capital de giro	3,04% a.a + CDI	7.557	11.624
Leasing	De 12,5% a 15,5% a.a.	86	134
		7.643	11.758

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não Circulante	Encargos		
Moeda Nacional			
Capital de giro	-		94
	-		94
Total	7.643		11.852

A taxa média ponderada de juros nos empréstimos do circulante existentes em 31 de dezembro de 2012 era de 3,04% a.a. + CDI (12,9% ao ano em 31 de dezembro de 2011).

Os empréstimos e financiamentos são garantidos por avais da Diretoria.

14 Impostos a pagar (PAES)

O saldo do PAES em 31 de dezembro de 2012 representavam R\$ 6.598 (R\$ 1.461 no circulante e R\$ 5.137 no não circulante) em 31 de dezembro de 2011 R\$ 7.495 (R\$ 1.355 no circulante e R\$ 6.140 no não circulante). A Companhia optou por incluir no Parcelamento Especial - PAES, conforme Lei n° 10.684/2003, os débitos cujas matérias eram objeto de discussão judicial. O saldo devedor está sendo atualizado pela SELIC. A Companhia está em dia com o pagamento dos tributos correntes.

Cronograma de vencimentos do saldo do passivo não circulante

Ano de vencimento	Valor
2014	712
2015	712
2016	712
2017	712
2018	712
Após 2019	1.577
	5.137

15 Provisão para riscos contingentes

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza tributária e cível, decorrentes do curso normal de seus negócios. As respectivas provisões para contingências foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na estimativa feita pelos assessores jurídicos da Companhia.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para contingências constituída, no montante de R\$ 482 (R\$ 1.412 em 31 de dezembro de 2011), de acordo com a Deliberação da CVM 594/09, é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As movimentações na provisão para contingências são apresentadas a seguir:

	Saldos em 2011	Adições	Baixas	Saldos em 2012
Processos trabalhistas	824	252	(594)	482
Processos tributários	588	-	(588)	-
Provisão para contingências	1.412	252	(1.182)	482

Contingências trabalhistas e previdenciárias: consistem, principalmente, em reclamações trabalhistas de ex-funcionários e estão vinculadas a discussões sobre verbas oriundas do contrato de trabalho.

Contingências tributárias: são processos que envolvem discussões sobre créditos fiscais não homologados, ressarcimentos, base de cálculo para contribuição, impostos e glosa de crédito em pedido de restituição de IPI, PIS e COFINS.

A Companhia também é partes envolvidas em processos trabalhistas, cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pela Administração e seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e explicações a seguir:

	2012	2011
Contingências possíveis		
Trabalhistas	430	399
Total	430	399

Contingências trabalhistas classificadas como perda possível: consistem, principalmente, em reclamações trabalhistas de ex-funcionários e estão vinculadas a discussões sobre verbas oriundas do contrato de trabalho.

Depósitos judiciais

A Companhia quando necessário efetua depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências. O saldo em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 801 (R\$ 1.160 em 31 de dezembro de 2011).

16 Arrendamento mercantil

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui a pagar R\$ 86 (R\$ 134 em 31 de dezembro de 2011) em contrato de arrendamento mercantil financeiro, incorporados no ativo imobilizado. Os contratos possuem prazo de duração de até 03 (três) anos, com cláusulas de opção de renovação ou opção de compra após esse período.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia.

	2012	2011
Descrição do bem		
Veículos	86	134
	<u>86</u>	<u>134</u>

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 5.222.222 ações sem valor nominal, sendo 2.846.929 ações ordinárias e 2.375.293 ações preferenciais.

As ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios apurados conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

b. Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei n° 6.404/76.

18 Receita operacional líquida

	2012	2011
Receita Bruta	128.686	91.698
Deduções sobre Vendas	(32.873)	(22.952)
Total	<u>95.813</u>	<u>68.746</u>

19 Gastos por natureza e grupo

Abaixo demonstramos as principais despesas por natureza realizadas no exercício, apresentadas nas seguintes classes relevantes:

	2012	2011
Pessoal e Encargos Sociais	5.381	4.468
Materia Prima e Materiais Diretos	47.156	36.618
Mercadorias e Terceiros	20.599	10.562

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesas com Vendas	5.091	4.874
Manutenção e Conservação de Bens	834	666
Locação	201	205
Movimentação de Cargas	8.036	5.935
Depreciação e Amortização	86	49
Despesas com Viagens e Estadias	119	153
Outros	324	137
Total	(87.827)	(63.667)

Os gastos estão agrupados conforme abaixo:

	2012	2011
Custo dos Produtos Vendidos	(67.755)	(47.180)
Despesas com Vendas	(18.754)	(15.201)
Despesas Administração	(1.318)	(1.286)
Total de gastos por grupo	(87.827)	(63.667)

20 Resultado financeiro

	2012	2011
<u>Despesas Financeiras</u>		
Juros	(2.180)	(2.311)
Outros	(170)	(40)
	(2.350)	(2.351)
<u>Receitas Financeiras</u>		
Juros	170	121
Descontos obtidos	374	425
	544	546
Resultado Financeiro Líquido	(1.806)	(1.805)

21 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição dos saldos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social estão limitadas a 30% do lucro tributável.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos têm a seguinte origem:

	2012	2011
Ativo		
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	5.648	6.183
Provisão para Contingência Tributária	-	200

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisão para Contingência Trabalhista	164	280
Provisão para Devedores Duvidosos	44	10
PLR - Participação dos Lucros e Resultados	221	72
Faturamento não Entregue	-	33
Outros	22	23
Total dos impostos diferidos ativos	6.099	6.801

Passivo

Ajuste da Depreciação Econômica	428	313
Total dos impostos diferidos passivos	428	313

A Administração considera que os ativos e passivos diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

Com base em estudo técnico das projeções de lucros tributários futuros a Companhia estima a realização dos ativos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa nos seguintes exercícios:

Período	Estimativa de Realização	Percentual de Realização
2014	732	12,96%
2015	782	13,85%
2016	834	14,77%
2017	1.107	19,60%
2018	1.189	21,05%
após 2018	1.004	17,77%
	5.648	100,00%

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

b. Conciliação do benefício/(despesa) do imposto de renda e da contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram calculados às alíquotas vigentes e a conciliação do benefício/(despesa) do imposto de renda e da contribuição social é demonstrada a seguir:

	2012	2011
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	6.130	3.231
Alíquota Nominal	34%	34%
Despesa à Alíquota Nominal	(2.084)	(1.099)
Diferenças permanentes	64	19
Imposto de Renda e Contribuição Social Efetivos	(2.020)	(1.080)

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22 Gerenciamento de risco financeiro

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

a. Risco de crédito

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e região onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito. As vendas da companhia se concentram em canais de grandes redes, auto-serviço e revendedores, o que limita concentração de risco de crédito.

A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente. A análise inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente, estes limites são revisados periodicamente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido, somente poderão operar em base de pagamentos antecipados.

No monitoramento do risco de crédito dos clientes, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são pessoa física ou jurídica, atacadistas, varejistas ou consumidores finais, localização geográfica, indústria, perfil de idade, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, sempre que possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

d. Risco de moeda

Como as operações da Companhia estão concentradas no mercado interno, e consequentemente seus fluxos de caixa estão basicamente em reais, não há risco associado à variação de moedas.

e. Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo das possíveis flutuações nas taxas de juros incidentes sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia. Visando minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota a política de diversificação nas linhas de crédito, alternando a contratação com taxas variáveis e taxas fixas.

f. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

g. Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2012	2011
Total do passivo	31.394	33.961
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(956)	(4.994)
Dívida Líquida (A)	30.438	28.967
Total do Patrimônio Líquido (B)	8.231	4.122
Relação Dívida	3,70	7,03

23 Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Modalidade	Abrangência	2012	2011
Patrimônio	Estoques e imobilizado	11.700	11.700
Veículos		1.200	1.200
Responsabilidade civil		1.000	1.000
		13.900	13.900

24 Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o ano. As ações preferenciais possuem um direito de dividendo superior em 10% às ações ordinárias. O lucro diluído por ação é calculado pelo ajuste médio de ações em circulação para o impacto da conversão de todas as opções potencialmente diluidoras.

O lucro por ação do resultado acumulado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, demonstrado no quadro abaixo não representa valores de dividendos a distribuir uma vez que a Companhia possui prejuízos acumulados. Desta forma, o lucro do exercício será utilizado para abater estes prejuízos.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2012	2011
Lucro Líquido Tributável ao acionista da Excelsior	4.109	2.151
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	2.846.929	2.846.929
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais	2.375.293	2.375.293
Total de ações em circulação	5.222.222	5.222.222
Lucro básico por ação	0,7869	0,4119
Efeito da Diluição		
Lucro por ação ordinária	0,7485	0,3913
Lucro por ação preferencial	0,8262	0,4325

25 Eventos subsequentes

Em 04 de janeiro de 2013, Foi recebido o total de R\$ 1.047,540,54 (Um milhão, quarenta e sete mil, quinhentos e quarenta reais, cinquenta e quatro centavos) referente ao sinistro ocorrido em fevereiro de 2012, no armazém de terceiro em Esteio-RS.

Conselho de Administração
Antônio Zambelli - Presidente
Ronaldo Kobarg Muller - Conselheiro
Almir Peruck - Conselheiro

Diretoria Executiva
Renato Jackisch - Diretor Presidente e de Relações com Investidores.
Cássio José Schreiner - Diretor Administrativo e Financeiro.

Adilson Bergamo - Contador
CRC MT-007248/O-0 T-RS